

# O Discurso (Etnográfico) da Alteridade no *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde (1594)* do Capitão André Álvares de Almada

Rogério Miguel Puga  
Centro de História de Além-Mar  
FCSH/UNL

Em 1594, o capitão e 'prático da Guiné' luso-africano André Álvares de Almada, natural de Santiago e filho de uma mestiça e de pai branco, o capitão Álvares de Almada<sup>1</sup>, redige o *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde desde os Rios de Sanagá até aos Baixos de St.<sup>a</sup> Ana; de todas as Nações de Negros que há na dita Costa, e de seus Costumes, Armas, Trajes, Juramentos e Guerras*<sup>2</sup>.

No século XVI, o arquipélago cabo-verdiano, enquanto base comercial, encontra-se económica e religiosamente associado à costa africana<sup>3</sup>, sendo no âmbito desta interdependência que surge o *Tratado* de Almada, pelo que, antes de analisarmos o texto em si, atentemos no contexto de produção da obra, estudado por José da Silva Horta, de acordo com quem Almada, e também Donelha, defendem os interesses comerciais cabo-verdianos, ou seja, a colonização da Serra Leoa com residentes do seu arquipélago, ideia rejeitada pelos capitães carregadores e governadores de Cabo Verde, não encontrando, portanto, "[...] eco nos círculos políticos do reino."<sup>4</sup> Encontrando-se a zona da Serra Leoa interdita pela Coroa aos comerciantes cabo-verdianos, apesar de a actividade comercial na zona ser uma realidade, os interesses apresentados na obra revelam que, por detrás da descrição do Outro exótico, se encontra um projecto político e comercial bem pragmático. Assim sendo, o texto, e tal como José da Silva Horta prova, encontra-se simultaneamente impregnado quer dos interesses do poder político metropolitano e dos comerciantes de Cabo Verde quer de "silêncios" no que diz respeito ao trato ilegal entre Santiago e a Guiné, sobretudo a Sul do Cabo da Verga e do Rio Nuno, onde começa a região da Serra Leoa<sup>5</sup>. A sobrevivência da ilha onde o autor nasceu encontra-se intimamente relacionada com o trato da Guiné, tendo a situação económica da mesma piorado devido à depreciação da sua moeda, ao imposto sobre os escravos e à chegada de mercadores estrangeiros no rio da Guiné, sobretudo os castelhanos, após a União Ibérica, rivais que são auxiliados pelos lançados portu-

---

<sup>1</sup> André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594*, leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís FERRONHA, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 131. De entre um leque de diferentes edições, utilizamos a de António Luís FERRONHA (1994), por ser a mais recente e, decerto, a mais acessível. Sobre a biografia de André de Almada, nascido por volta de 1550 (cf. Paul H. HAIR, in André Álvares de ALMADA, «*Brief Treatise on the Rivers of Guinea; Being an English Translation of a Variorum Text of Tratado Breve dos Rios de Guiné (c.1594)*», Departamento de História da Universidade de Liverpool, 1984, p. 3), vejam-se Avelino Teixeira da MOTA, «Dois Escritores Quinhentistas de Cabo-Verde. André Álvares de Almada e André Dornelas [sic.]», *Suplemento do Boletim Cultural da Liga dos Amigos de Cabo Verde*, n.º 9, 1970, Idem e José da Silva HORTA, *A "Guiné do Cabo Verde": Produção Textual e Representações (1578-1684)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 92-95.

<sup>2</sup> Sobre a publicação e os três manuscritos da obra veja-se António Luís FERRONHA, «Introdução», in André Álvares de Almada, «*Brief Treatise on the Rivers of Guinea...*» cit., p. 10.

<sup>3</sup> José da Silva Horta, *A "Guiné do Cabo Verde"...* cit., p. 51.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p. 98.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 99-100.

gueses. Almada afirma que se o rei de Portugal povoara espaços ultramarinos, como Cabo Verde, sem uma garantia inicial de lucro, essa realidade também se poderá estender ao povoamento da Serra Leoa, daí que a obra faça chegar essa mesma mensagem a Lisboa, ultrapassando os obstáculos levantados pelos oficiais régios no arquipélago, que, tentam, manter os seus interesses económicos ao evitar o despovoamento das ilhas devido à partida de residentes para o novo território de fronteira. Por outro lado, o tratadista afirma ainda que esse novo projecto trará novos lucros à fazenda de Santiago<sup>6</sup>.

O olhar do capitão acompanha o movimento dos barcos pelos rios e povoações da secção central da costa ocidental africana, entre o rio Senegal e a então chamada Serra Leoa,<sup>7</sup> descrevendo os diferentes grupos étnicos<sup>8</sup> que encontra, bem como os seus costumes, *modus vivendi* e crenças, entre outros elementos culturais que os distinguem entre si, como o vestuário; a língua; as armas; a alimentação; o vestuário; os hábitos como a antropofagia; a 'arquitectura' e o comércio, alguns dos quais são enumerados no título original da obra, que o autor seiscentista João Franco Barreto, na sua *Biblioteka Lusitana. Autores Portugueses* (c. 1674), descreve como "[...] hum livro de descrição [...] obra muito bem ordenada e muito bem escripta [...]"<sup>9</sup>, ideia referida também num artigo de Luís Silveira, em 1952<sup>10</sup>, quando afirma que os capítulos do *Tratado* se encontram distribuídos de acordo com as etnias e por José da Silva Horta, em 2002, ao afirmar que a obra revela uma clara subordinação do discurso geográfico ao discurso antropológico<sup>11</sup>.

O texto, enquanto representação de uma realidade filtrada e grafada, é fruto do "esforço [...] etnográfico"<sup>12</sup> do autor perante a paisagem humanizada e natural africana, sempre simbólica e sinónimo de lucro. Apesar de a realidade da costa da Guiné não ser novidade para o autor mestiço (55, 70), este redige o texto com o leitor-implicado (europeu) em mente, recorrendo, portanto, a uma panóplia de recursos estilísticos e estratégias narrativas, a que chamamos de Poética do exotismo e que visam familiarizar o consumidor metropolitano do texto com as diversas dimensões da alteridade que o viajante europeu encontra na costa de África<sup>13</sup>, daí o recurso ao advérbio de lugar "cá" (Portugal) quando compara os hábitos dos nativos com os costumes europeus, revelando o deíctico que a obra é redigida na metrópole, estabelecendo-se também, assim, mais facilmente, a comparação e a distanciação entre o cá (Portugal) e o lá (costa da Guiné)<sup>14</sup>. A título de exemplo, refira-se que o tratadista afirma que a nação dos "Judeus", "[...] importunos no pedir, andam de Reino em Reino com [as] suas mulheres, como **cá** os ciganos." (46, negrito nosso, estratégia repetida nas páginas 55, 93). São esses mesmos artifícios literários em que se baseia o discurso etnográfico de André de Almada que nos ocupam, ou seja a forma como se apr(e)ende e grafa o Outro.

Definindo exotismo como a representação do Outro civilizacional e da sua singularidade<sup>15</sup>, podemos concluir que os diversos grupos étnicos e nacionais em interacção no processo de produção e recepção da obra, bem como no conteúdo da mesma, ou seja, os governantes da metró-

<sup>6</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 222-225.

<sup>7</sup> Sobre a designação toponomástica ou a categoria espacial "Guiné do Cabo Verde", vejam-se Julião Soares SOUSA, *A "Guiné" na Literatura Portuguesa de Viagens, Séculos XV-XVII*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996, pp. 11-24 e José da Silva HORTA, *A "Guiné do Cabo Verde"...* cit., pp. 34-35.

<sup>8</sup> Sobre os agrupamentos étnicos/linguísticos da Guiné veja-se António Luís Ferronha, «Introdução», in André Álvares de Almada, *op. cit.*, pp. 14-16.

<sup>9</sup> *Apud* J José da Silva HORTA, *A "Guiné do Cabo Verde"...* cit., pp. 212-213.

<sup>10</sup> Luís SILVEIRA, «Contribuição portuguesa para o Conhecimento da Guiné: Os Testemunhos de André Álvares de Almada e de André de Faro», in *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 2ª, Bissau, 1947*, vol. 4, Junta das Investigações Coloniais, Lisboa, 1952, p. 410.

<sup>11</sup> José da Silva HORTA, *A "Guiné do Cabo Verde"...* cit., p. 351.

<sup>12</sup> António Luís FERRONHA, «Introdução» cit., p. 10.

<sup>13</sup> Donato GALLO, *O Saber Português: Antropologia e Colonialismo*, Lisboa, ER-Heptágono, 1988, pp. 143, 153, refere as demoradas descrições dos hábitos e das crenças dos diversos 'povos' africanos.

<sup>14</sup> José da Silva HORTA, *A "Guiné do Cabo Verde"...* cit., pp. 208, 228, afirma que o autor se encontra em Portugal quando redige a obra.

<sup>15</sup> Rogério Miguel PUGA, «Da Baía Cabralia ao Maranhão: O Exotismo enquanto Estética do Diverso», in *Actas do Congresso «Portugal-Brasil: Memórias e Imaginário»*, organizado pelo Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comissões para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Novembro de 1999, vol. 2, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, p. 328.

pole e os portugueses em geral, os reinóis que se estabelecem em Cabo-Verde, os africanos sem laços directos aos lusos e os luso-africanos, fazem parte do jogo de interesses e de espelhos que subjaz à construção da imagem da realidade exótica e que nos interessa sobretudo como representação filtrada pelo tratadista.

No prólogo, o autor utiliza, desde logo, o determinante possessivo “nossa” quando se refere à África, termo que é utilizado ao longo da obra para se referir aos portugueses (“os nossos”), detendo-se longamente na importância da escrita e da memória como repositórios do passado, ou seja, da história, enquanto enfatiza o sentimento de posse quer português quer cabo-verdiano relativamente ao espaço descrito, a “África por cumprir”<sup>16</sup>. Relativamente à história ou histórias locais, o tratadista apenas poderá grafar o que a memória dos seus informantes guardou, pois as informações de tempos recuados, “os tempos as gastaram”<sup>17</sup>. Ou seja, o capitão Almada, enquanto guardião da tradição oral, justifica a sua obra não apenas como um tratado redigido do ponto de vista dos portugueses, mas também como história dos povos ágrafos com quem os primeiros mantêm ou poderão vir a manter relações comerciais, tornando-se, portanto, a informação e o conhecimento sobre os mesmos essenciais. Daí que este elemento paratextual refira a diversidade etnográfica, linguística, cultural e natural da (macro)região de que a obra se ocupa e avance a metodologia adoptada pelo autor que se assume como *primus inter pares* e que de todos os povos “dir[á] igualmente” (21), pois “destas partes s[abe] honestamente”, informando: “[...] e de algumas coisas em que tive dúvida informei-me com algumas pessoas práticas e nas ditas partes versadas; quis, como digo, escrever desta Guiné, não porque muitos não tivessem dela dito, mas porque pode ser que já dela não tiveram tão verdadeira notícia como eu, que vi a maior parte dela, e tratei de muitos Rios, metendo-me por eles muitas léguas [...], e sobretudo informei-me bem de todas as dúvidas, assim de nossos homens práticos nas ditas partes, como dos próprios negros, colhendo deles notícias das coisas acontecidas nas mesmas.” (22).

De acordo com José da Silva Horta, o *Tratado*, tal como a *Relatione* de Duarte Lopes e Filippo Pigafetta e o *Sumário* sobre Angola de Domingos de Abreu Brito (ambas de 1591), contribuem “[...] para a viabilização de um novo projecto colonial, ou talvez melhor, novos projectos no âmbito do nascimento de uma nova atitude expansionista”<sup>18</sup>, representando o primeiro um ponto de viragem após as obras de Valentim Fernandes (*Descriçam*, 1506-1507) e de Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo*, c. 1505-1508)<sup>19</sup>. Almada legitima toda a informação que apresenta ao leitor através da referência ao ‘trabalho de campo’, nomeadamente a recolha de informação junto não apenas dos nativos “[...] dizem os negros [...]”: 55; 79], mas de portugueses/luso-africanos experientes e conhecedores das realidades locais da costa africana, com a qual complementa o seu testemunho pessoal, fruto da observação *in loco*, como também informa nas páginas 55 e 58. Os métodos de análise etnográficos aproximam-se, como afirma Clifford Geertz, dos do crítico literário ao analisar um texto, “[...] sorting out the structures of signification [...] and determining their social ground and import [...]”. Doing ethnography is like trying to read (in sense of constructing a reading of) a manuscript<sup>20</sup>, enquanto George E. Marcus e Michael J. Fischer<sup>21</sup> (1986: 30-33) partem desta metáfora para lhe adicionar uma outra, a do diálogo em que o observador participante (etnógrafo), os nativos (objecto de estudo) e o leitor (receptor) da monografia se devem envolver ao comunicarem com uma cultura-outra. Processo que o próprio autor, a quem também chamaríamos de (proto)etnógrafo leva a cabo, ao basear-se na tradição oral, para (re)construir a vivência e paisagem humanas regionais pretéritas, aproximando-se a sua função da do informante do leitor e da do etnógrafo actual que apre(e)nde as línguas e os hábitos dos nativos que estuda para melhor os compreender e grafar posteriormente, ao traduzir e comentar hábitos culturais das

<sup>16</sup> Expressão de Carlos José Duarte ALMEIDA, *A Representação do Africano na Literatura sobre o Reino do Longo e Angola (Meados do Século XVI a Meados do Século XVII)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 87.

<sup>17</sup> André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios...* cit., p. 21. A paginação do texto será apresentada entre parêntesis no corpo do texto.

<sup>18</sup> José da Silva HORTA, «O Africano: Produção Textual e Representações (Séculos XV-XVII)», in Fernando CRISTÓVÃO (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, Lisboa, Edições Cosmos / Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 1999, p. 273.

<sup>19</sup> Idem, *A “Guiné do Cabo Verde”...* cit., pp. 76-77.

<sup>20</sup> Clifford GEERTZ, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, London, Fontana Press, 1993, p. 9.

<sup>21</sup> George E. MARCUS e Michael J. FISCHER, *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*, Chicago, The University of Chicago Press, 1986, pp. 30-33.

diversas comunidades representadas no tratado, pois como o próprio afirma: “[...] a minha intenção é tratar na verdade”, objectivo reforçado através da repetição, pois o prólogo termina com a seguinte advertência: “Mas o que disser, ainda que incompleto, será na verdade.” (22)

À semelhança do que acontece no título da obra, que localiza a matéria a descrever num determinado espaço (“dos Rios da Guiné do Cabo-Verde até aos Baixos de Santa Ana”), o autor recorre ainda à enumeração, no final do prólogo, para listar os objectos de ‘estudo’ e estabelecer um contrato prévio de leitura: “Tratarei pois brevemente das armas, trajes e costumes dos Negros, das suas guerras, dos seus juízos e de tudo o que mais nas ditas partes há notável [...] no melhor modo que possa.” (22). Essa preocupação aproxima o campo semântico do prólogo de *topoi* recorrentes em *Os Lusíadas*, publicados vinte e dois anos antes, nomeadamente: a supremacia do real; os autores/heróis modernos vs. antigos e o saber de experiência feito<sup>22</sup>.

Os títulos dos dezanove capítulos especificam o conteúdo de cada uma deles, comunicam com o título principal que avança os temas de uma forma mais geral e demonstram uma preocupação (proto)etnográfica. As funções atribuídas ao título do romance por Charles Grivel (designação da obra; indicação do conteúdo e sedução do público), retomadas por Gérard Genette<sup>23</sup>, encontram-se presentes nos textos, uma vez que os intertítulos têm como objectivo dialogar com o conteúdo do tratado, dividi-lo e guiar o leitor-descodificador. Estes paratextos repetem sucessivamente três termos: costumes, tratos e guerras, veiculando os temas principais da obra, cujo conteúdo é exótico para o leitor português, como o autor ‘nativo’ prova saber ao recorrer à comparação; à tradução linguística e cultural e aos comentários e contextualizações que apoiam as densas descrições e visam familiarizar o destinatário com a realidade Outra. O adjectivo “breve”, presente no título geral, encontra eco no prólogo através da repetição da ideia de que o autor apresenta a matéria “geralmente” (21) e “brevemente”, advérbios de modo apoiados pelo adjectivo “incompleto”, assumindo-se o texto como um tratado representativo e não exaustivo ao defender-se de futuras críticas. Por exemplo, o capítulo dezasseis informa, desde logo, o leitor que os Sumas são “chamados entre eles Manes” e que o capítulo tratará “de como vieram, e das guerras que fizeram” (115), ou seja, é apresentada a história do grupo na Serra Leoa para uma melhor compreensão e conhecimento do mesmo no momento da escrita.

A alteridade ou a “estética do diverso”<sup>24</sup>, tema de que nos ocupamos, encontra-se presente ao longo da obra, e como afirma Peter Mason, “[...] the exotic [...] is not something that exists prior to its ‘discovery’. It is the very act of discovery which produces the exotic as such [...]. As a construct, the exotic is always up for renegotiation, as an invention, it is always open to reinvention [...]”<sup>25</sup>. Almada, ao descodificar a realidade do Outro recorre a artifícios narrativos que iremos estudar, pois o seu objectivo é dar a conhecer à Corte uma zona geográfica que urge povoar e que muita riqueza trará aos cofres de Lisboa, sendo o comércio com portos da costa da Guiné também do interesse de Cabo-Verde.

Relativamente ao exotismo antropológico: os primeiros povos nativos a ser descritos, os Jalofos, os mais próximos dos portugueses, servem de exemplo à forma como as demais “nações” são posteriormente apresentadas, sendo caracterizados, nos dois primeiros capítulos, através:

- a) da relação de proximidade, comércio e amizade com os portugueses (23, 26-27, 102);
- b) do seu ‘governo’ ou hierarquia administrativa e leis (23, 26-27, 34, 37, 106-107);
- c) da sua história, “segundo o contam os antigos daquelas partes”; (23, 24, 30, 35)
- d) dos costumes antigos e da mudança dos mesmos (24, 26, 34);
- e) dos rituais (25, 102, 106);
- f) das crenças (25, 34);
- g) dos costumes como a poligenia (25-26, 45)
- h) dos laços familiares (25-26);
- i) da(s) sua(s) língua(s) e (dis)semelhanças com as demais (27), bem como da comunicação com portugueses e mouros (27, 102);
- j) das fronteiras geográficas dos seus reinos (23, 27-28, 34);

<sup>22</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1987: I, 27, 31, 43, 45, 51, 57; II, 45, 54; III, 92; IV, 76, 85, 94; V, 17-19, 22-23, 75, 89, 94; VII, 79; VIII, 70-73 e IX, 18, 90.

<sup>23</sup> Gérard GENETTE, *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987, p. 73.

<sup>24</sup> Victor SEGALÉN, *Essai sur l'exotisme*, Paris, Le Livre de Poche, 1999, pp. 41-43.

<sup>25</sup> Peter MASON, *Infelicities: Representations of the Exotic*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1998, p. 1.

- l) do vestuário, comparado ao dos demais grupos e ao dos portugueses (27, 33, 106);
- dos adornos e marcas desenhadas na pele e corpo quer da mulher quer do homem (49);
- m) das armas (27, 28-29), da forma de fazer guerra (28-29) e do uso do veneno (29);
- n) da fisionomia e características sociais (bons cavalgadores, boa gente de guerra: 27-29, 46);
- o) dos hábitos alimentares/da culinária, comparados aos dos portugueses (28, 33-34, 37);
- p) dos animais domesticados e de guerra (28), bem como do gado por eles criado (30);
- q) das relações do género (*gender*), das práticas sexuais e dos papéis sociais do homem e da mulher (30, 46-49, 106);<sup>26</sup>
- r) da medicina e da feitiçaria (30, 34);
- s) das embarcações, do comércio (resgate) local e interacção com outros grupos (30-31);
- t) do clima que se faz sentir nas suas terras (31, 33);
- u) das relações comerciais com franceses e ingleses, rivais dos portugueses (34-36), sendo esse contacto referido também quando da descrição de outros grupos e da tomada de embarcações portuguesas (40-41, 61, 73-74, 101);
- v) da arquitectura (37, 106, 114) e
- x) das relações de poder e estatuto social veiculado através de atitudes e do vestuário (47-48).

Os costumes e as práticas sociais descritos são obviamente diferentes dos dos portugueses, forçando o autor a descrever e a contextualizar os mesmos, bem como a simbologia a eles associada, como acontece relativamente aos laços familiares (26). A alteridade é um jogo de espelhos duplo, sendo a sensação de exotismo mútua entre portugueses e africanos, como o texto tem o cuidado de informar: “Estes Fulos deste sertão, vendo a uns dos nossos pasmam pelos verem brancos, sem embargo deles não serem negros” (31), como se observa, de acordo com o relato de Alvise da Cadamosto (1432-1483), numa feira do reino de Senega, no qual o espectáculo do exotismo se materializa através do contacto humano: “Estes negros, tanto machos como fêmeas, vinham ver-me como uma maravilha, e parecia-lhes coisa extraordinária ver um cristão em tal lugar, nunca antes visto: e não menos se espantavam do meu traje e da minha brancura [...] e muitos pasmavam; alguns tocavam-me nas mãos e nos braços, [e] com cuspo esfregavam-me, para ver se a minha brancura era tinta ou carne; e vendo que era carne branca, ficavam-se em admiração. Eu ia a estes mercados para ver coisas novas [...]”<sup>27</sup>. O autor veneziano revela no proémio que durante o seu itinerário (1455-1456) avistou “[...] muitas coisa novas e dignas de alguma notícia [...]”<sup>28</sup>, sentimento também presente no relato de que nos ocupamos. No rio de Senega, Cadamosto afirma que os nativos “[...] nunca tiveram notícia nem conhecimento de outros cristãos, a não ser dos Portugueses [...]”<sup>29</sup> e, de rio em rio, o viajante vai descrevendo os costumes, “o modo de viver” e os adornos e o vestuário com base na divisão por género, novidade que filtra e tenta descodificar, tal como os “reis” nativos ao indagar acerca “das coisas da nossa fé”<sup>30</sup>. A comparação e a enumeração marcam uma presença recorrente no texto<sup>31</sup>, tal como no relato de André de Almada, como forma de espelhar a diversidade e abundância<sup>32</sup> que se desvendam perante o olhar do ‘recém-chegado’. O relato de Cadamosto encontra-se impregnado de uma ansiedade pelo exótico, pelo desejo do autor se afirmar como pioneiro<sup>33</sup>, como demonstra o recor-

---

<sup>26</sup> Sobre a representação do género na literatura portuguesa de Quinhentos (relativamente ao Brasil), vide Rogério Miguel PUGA, «O Olhar através do Género: A Imagem do Índio Brasileiro na Literatura Portuguesa de Quinhentos», in Fernando CRISTÓVÃO (coord.), *O Olhar do Viajante. Dos Navegadores aos Exploradores*, Coimbra, Livraria Almedina / Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 177-230.

<sup>27</sup> Alvise da CADAMOSTO, «Navegações», in José Manuel GARCIA (org.), *Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, pp. 111-112.

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*, p. 77.

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*, p. 90. Veja-se também, p. 100.

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*, p. 105.

<sup>31</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 106-107, 109, 119, 129-130, 135, 137.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 108-110.

<sup>33</sup> Cadamosto decide comer carne de elefante “[...] para experimentar mais coisas, e para poder dizer que tinha comido de uma carne que ninguém da minha terra tinha comido [...]” (Idem, *Ibidem*, p. 129). Também Diogo Gomes de SINTRA, *Descobrimiento Primeiro da Guiné*, edição crítica de Aires N. NASCIMENTO e introdução histórica de Henrique Pinto

rente campo semântico do exotismo, construído através do repetido termo “admiração”: “De muitas coisas se admiram estes negros [...] e eles muito se admiravam e diziam que aquilo era coisa do Diabo. [...] Com ela muito prazer e espanto tinham [...] e diziam nunca terem visto mais bela coisa. E também em muita admiração ficavam com o artifício do nosso navio [...]. E mais se admiravam, grandemente, de ver arder uma vela, de noite [...] ficaram muitos admirados, dizendo que todo o saber das coisas estava em nós”<sup>34</sup>.

André Álvares de Almada, quando da descrição da nação dos Sumbas e das fugas dos inimigos destes para as naus portuguesas, refere um episódio que demonstra essa duplicidade do fenómeno do exótico, pois o som da flauta tocada por um português na embarcação maravilha os nativos inimigos ao ponto de estes perguntarem

[...] que era aquilo que soava, se era coisa dos Céus ou da Terra? Responderam que aquilo fazia um homem que ali estava. Perguntaram se o venderiam; responderam que sim, e perguntaram quantos escravos dariam por ele. Responderam que cento, e prometeram logo cinquenta. Zombaram os nossos dizendo que aquele era branco e os brancos se não vendiam, porque não eram negros. (119).

O texto levanta assim a questão da hierarquia e do poder no seio de categorias culturais como a raça/etnia, sendo os “reis” africanos também raptados e escravizados, independentemente do seu estatuto local (122). A estética do diverso dá origem a um jogo de leituras interpretativas que nasce do olhar-confronto da diferença e que leva o português a concluir que funciona, ele próprio, como um Outro para o nativo e que o espanto (cultural) é mútuo. A novidade exótica espanta o autor que confessa, relativamente ao “reino” de Borçalo habitado por Jalofos e Barbacins: “[...] uma coisa vimos [...] de que me maravilhei muito, que é que o Rei que reinava naquele tempo ter [a] virtude para curar os mordidos da cobra, e tanto que se mordía a alguma pessoa logo na mesma casa faziam sinal com um tambor [...] para que o Rei a fosse curar, ou não podendo ir logo mandava o seu barrete que tinha na cabeça ou uma azagaia sua, e diziam os negros que indo o Rei a curava e sarava; isto fazia o Rei e sarava muitas pessoas. Não sei porque virtude fazia isto.” (45-46). O sistema sonoro de comunicação à distância (89) e a medicina/magia também espantam o autor, funcionando os objectos dos chefes nativos como extensões dos seus corpos e dos seu poder mágico, prática que o tratadista mestiço não consegue descodificar. O processo de obtenção de tinta de vários grupos é também descrito e comparada por dissemelhança à forma como essa mercadoria se obtém noutras paragens do império português, nomeadamente as Índias Orientais (33-34), tal como o uso da cola (60) e de canas “[...] que da nossa Índia chamam Bambus [...]” (97), provando o autor conhecer a realidade ultramarina ao optar por uma abordagem comparatista, nem que ténue. No final do capítulo 13, Almada refere ainda o sistema de justiça dos Naluns, dos Baga e dos Coquilins: “Sobre alguns casos dão juramento às justiças, pondo a mão sobre as cabeças das partes que o recebem; mas quando é duvidoso e não há certeza, e suspeitam em alguma pessoa, dão o juramento da água fervendo, como se faz na Costa, e o que se queima esse é o culpado entre eles.” (104).

O espaço é igualmente visto do ponto de vista do lucro que pode dar aos portugueses, enquanto o texto aconselha a Coroa a construir fortificações, sem gastar muito dinheiro, em determinados locais estratégicos, uma vez que a actividade rival de ingleses e franceses aumenta cada vez mais (35) e é facilitada pelos lançados portugueses que auxiliam os norte-europeus a penetrar no comércio local (35-36)<sup>35</sup>. O texto descreve a infiltração dos lançados no território africano, a miscigenação, o comércio dos mesmos (36-37, 39, 88) e as mudanças de comportamento nos nativos após o contacto com os portugueses, por exemplo no que diz respeito às crenças (90); à forma de comer (37-38, 48) e vestir, começando alguns povos a fazê-lo “ao nosso modo” (38, 54, 71-72), sendo também avançada informação relativa à influência muçulmana na zona (39).

Os capítulos vão descrevendo os “reinos” que se sucedem geograficamente, demonstrando os títulos que o autor demarca o território físico dos mesmos, distinguindo os costumes dos

REMA, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 79, refere que na região de Vintang, na margem Sul da Baixa Gambia, é oferecida, aos portugueses, carne de elefante para comer (1446).

<sup>34</sup> Alvide da Cadamosto, «Navegações» cit., pp. 112-113. Veja-se também a descrição do português no navio como imagem exótica para os nativos da zona do Rio de Gâmbia (pp. 118, 125) e do Rio Grande (p. 132).

<sup>35</sup> Veja-se Maria João SOARES, «Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII», *Studia*, n.º 56/57, 2000, pp. 147-222.

diferentes povos. O conceito que denominamos actualmente de fronteira étnica<sup>36</sup> é assim utilizado para demarcar territórios e singularizar os diversos grupos étnicos, cuja vivência cultural e língua ora se aproxima ora se afasta da dos seus vizinhos, demarcando o tratadista a terra mais segura na costa da Guiné, a dos Barbacins (41, 44), que, por sua vez, co-habitam no reino de Borçalo com os Jalofos (43-49). Os diversos grupos são apresentados através de inúmeras características como, por exemplo e para além das já enumeradas relativamente aos Jalofos: a forma de guerrear (40, 58); métodos de defesa e encontros do Conselho de guerra (40); a construção das casas (71); os rituais religiosos (41); os sistemas de lealdade e de obrigação dos súbditos (43, 48, 72, 74, 79); o casamento, o adultério e o divórcio, a forma de aplicar a lei através de curiosas provas mágicas e de angariar escravos (44-45, 69-70, 87, 93); as actividades de que se ocupam; a 'moral' (sexual) e os rituais fúnebres e de luto (46-47, 69, 77, 86-87); a (semi)nudez e a circuncisão (48-49, 63-65, 75, 82, 88, 94); a facilidade de conversão religiosa (50); a religião/idolatria e missionação (54, 71, 74-76, 82-83, 89); a disposição das casas e das "aldeias" (53-54); a música (89) e as relações de género e a vivência feminina nativa (79-80, 82-84, 88, 93-94, 99), existindo características universais a todos os habitantes da Guiné: "E todos os negros da Guiné comem de noite às escuras sem luz e ainda que seja de dia folgam de comer adonde os não vejam, pondo as costas nos circunstantes, para que os não vejam comer." (40). A tez serve como elemento de diferenciação entre as várias nações, servindo inclusive para identificar os vários grupos (46, 64, 84).

Como marca do discurso etnográfico temos o facto de o autor começar parágrafos com expressões como "É costume nesta terra [...]" (70) ou "Na terra dos Sapes herdamos os reinos os filhos [...]" (109), frases que são desenvolvidas enquanto são descritos vários rituais e cerimónias que singularizam cada "nação de negros". Quando se trata de descrever os hábitos culturais, o autor começa as frases indicando, desde logo e de forma sintética, qual a matéria que tratará nesse parágrafo: "O costume de seus enterros é enterrarem-se dentro de suas próprias casas [...]", continuando a descrever o ritual, para terminar com uma informação geral: "Estes negros se circuncidam em nascendo até aos oito dias." (111). Já o capítulo quinze descreve o cerimonial encenado quando se "levantam" os reis e os fidalgos, ou Solategis, da terra dos Sapes, envolvendo um certo nível de violência e a utilização de sangue animal (109-110). O texto veicula ainda o estatuto social do novo fidalgo através da comparação por semelhança com a realidade portuguesa, afirmando: "E feitas estas cerimónias fica sendo Solategi, que é dignidade como do Conselho del Rei e fidalgo [...]" (110). São também descritos crenças e rituais religiosos (110), bem como a educação das mulheres na terra dos Sapes, sendo as donzelas, ou Mendas guardadas e ensinadas em recolhimento na Casa da Religião, mantida por um ancião fidalgo, que lhes muda os nomes. As Mendas, como são designadas, saem em grande choro e dançando para serem escolhidas em casamento durante "bailes e danças", comparando o autor o recolhimento destas jovens ao das religiosas portuguesas (110).

A questão dos escravos e o seu resgate quer por nativos quer por portugueses e as restantes mercadorias comerciais são uma preocupação constante (72, 78, 83, 96, 99), levando o comércio de humanos à povoação de determinadas localidades por parte dos portugueses (76).

O *Tratado* descreve vários ritos de antropofagia ritual, momentos em que os nativos ingerem partes do corpo do inimigo para conseguir a valentia dos mesmos, nomeadamente os Jalofos (24) - curiosamente os "mais chegados a nós" (23) - e, no reino dos Sapes, os Bagas, Tagunchos, Sapes, Bolões (111), temática longamente recuperada no capítulo dezasseis, dedicado aos Sumbas/Manes (117-127), sendo a admiração veiculada pela repetição do verbo ver: "Verem isto os que viram foi o maior espectáculo que se podia ver." (119). De acordo com a narrativa, os portugueses compram escravos que de outra forma seriam comidos pelos outros nativos (119), servindo-se os caçadores de escravos deste argumento e do 'humanismo' dos lusos para forçar a sua venda aos últimos: se estes não os comprarem, as vítimas serão comidas, estratégia que parece funcionar e humanizar os europeus na obra, como se estes comprassem escravos apenas para os salvarem da boca dos seus pares. Os Manes utilizam o canibalismo como forma de subsistência e para meter medo às nações a conquistar durante a viagem até à Serra Leoa (121), corrigindo André Almada autores anteriores:

<sup>36</sup> Vide Hans VERMEULEN e Cora GOVERS (org.), *Antropologia da Etnicidade: Para Além de "Ethnic Groups and Boundaries"*, Lisboa, Fim de Século, 2003, pp. 9-44, 75-100

Esta gente que [os Manes] traziam forçada eram os que comiam [humanos], e não os Manes, como está dito muitas vezes; e como vinham todos juntos chamavam-nos vulgarmente uns e outros Sumbas, que quer dizer na língua, gente que come carne humana; e traziam os Sapes este adágio: «Summa filmo cachim» que quer dizer «Comem carne de graça sem lhes custar dinheiro» (121).

O autor alicia a representação do Outro, à tradição oral do mesmo e ao exotismo linguístico, assumindo-se como tradutor quer linguístico quer cultural, dando a temática da antropofagia lugar à descrição de dois episódios que veiculam o terror espalhado pelos Manes, o de uma mulher que corta um dedo em honra do irmão falecido e leva as mulheres do mesmo a segui-la e o de um grupo de Manes que captura inimigos, os cozinha e dá a comer ao inimigos vivos, que reconhecem um dedo torto do seu companheiro (122-123). A tentativa de descodificação do Outro dá ainda lugar à (re)criação de mitos ou fantasiosas narrativas, como acontece quando o viajante descreve, na terra dos Sapes, uma casta única de símios, os daris: “[...] sem rabos, e se não tivessem cabelos podia-se dizer que eram humanos, como nós; porque nas feições há pouca diferença. Andam em pé, alguns [...] vão catar água ao rio em uma vasilha, e a trazem na cabeça [...]. Malham nos pilões dos negros os mantimentos como uma pessoa. São baixos de corpo, grossos, de boas pernas e braços. São amigos da conversação das moças, e se acham algumas desenhamadas e sós, as apanham, e elevam consigo, e lhes fazem muito mimo ao seu modo.” (113). A propósito desta descrição, António Luís Ferronha<sup>37</sup> afirma que André Almada demonstra, como não poderia deixar de ser, um conhecimento de África superior ao de Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo Situ Orbis*), autor que apresenta os símios peludos que dão grunhidos como africanos, animalizando, assim, o Outro.

Quanto à história local e ao exotismo originado pela passagem do tempo, ao abordar os diferentes povos ou “reinos”, o tratadista tem o cuidado de apresentar a história dos mesmos, ou seja, as histórias locais, descrevendo o estabelecimento de grupos étnicos em determinadas regiões, os seus contactos quotidianos e comerciais e as guerras com as demais nações e com os portugueses. A história local ou os acontecimentos/episódios que o autor presencia funcionam como estratégias para legitimar a informação veiculada, conferindo um cariz dramático ao texto, para o qual também concorrem a utilização do discurso directo na reprodução de diálogos com e entre nativos (46, 100, 126-127) e afirmações como “Não me meto mais largo nesta matéria, porque são casos que eu não sei determinar.” (53). Na sequência da descrição da realidade etnográfica, o autor reafirma a certeza da informação apresentada: “Estes Bagas [...] são muito atraíçoados. Folgam estranhamente de matarem aos nossos [...]. E em os matando cortam-lhes as cabeças e dançam com elas e escaramuçam e ficam cavaleiros<sup>38</sup>. E depois as cozem e tiram a carne toda, e limpas da carne e miolos bebem por elas, servindo-lhes de púcaros. Nisto não há dúvida. E quanto mais vasos tiver um negro em sua casa mais honrado é.” (102).

O texto apresenta ainda a história da relação dos portugueses com diversos grupos étnicos, a mudança nas mesmas (73-74, 83, 91-92, 96, 100) e as localidades “dos nossos” (74), onde cohabitam portugueses e nativos que se convertem à fé cristã, bastando ao rei, para povoar esta terra, enviar mais religiosos e oficiais de justiça para combater a desordem e os foras-da-lei (74-75, 91-92, 105). Como afirma José da Silva Horta, o interesse no povoamento da Guiné deve-se não apenas ao patriotismo do autor, mas também a interesses cabo-verdianos, devido à insegurança sentida nesse espaço pelos comerciantes e que, caso desapareça, facilitará a actividade dos mesmos. Esta mesma duplicidade de interesses leva o autor a abordar a “dualidade” e a “identidade móvel” de Almada enquanto mestiço, que, por sua vez, defende os interesses do comércio luso-africano e da fazenda real<sup>39</sup>.

Os buramos andam nus e os portugueses oferecem-lhes vestuário que estes apenas vestem quando têm de contactar com estes últimos (75), queixando-se o tratadista várias vezes da falta de missionários que possam acompanhar a vida espiritual dos nativos, deveras receptivos à mensagem e fé católicas (76, 105), enquanto nomeia alguns gentes comerciais, avançando dados biográficos, por exemplo, relativamente a Francisco de Andrade, sargento-mor da ilha de S. Tiago (77), a Roque Lopes de Castelo Branco, natural da mesma ilha (95) e a Bento Correia da Silva, natural de uma das ilhas de S. Tomé, que se estabeleceu no reino dos Sapes, formando uma

<sup>37</sup> António Luís FERRONHA, in André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios...* cit., p. 160, n197.

<sup>38</sup> Informação repetida quando da descrição de uma outra “nação” de negros do reino dos Sapes (106).

<sup>39</sup> José da Silva HORTA, *A “Guiné do Cabo Verde”*, pp. 104-105.

aldeia, “da qual é senhor “de mais de três mil negros”. (105). Na terra dos Sapes, junto aos Baixos de Santa Ana, existem as ilhas do Totó que já foram habitadas, mas já o não são devido aos ataques dos Sumbas (112), perto das quais os portugueses vêm comercializar, pois estas oitenta léguas de costa “[...] é a melhor coisa que tem Guiné e de mais resgate [de cera, escravos e marfim], e de menos custo.” (113)

O contacto entre grupos gera assim transformações na sua forma de ser e agir, veiculando o texto a noção de progresso entre os Sapes: “Esta gente, que antigamente era apoucada em si e fraca para as coisas da guerra, pela continuação das Manes e o uso que continuamente têm das armas, se fizeram grandes soldados [...]”, continuando a descrição a revelar as especificidades das relações do género, numa abordagem comparatista: “São negras muito serviçais e limpas. Limam os homens e mulheres os dentes dianteiros, assim os de baixo como os de cima; e os Manes [Sumbas] não.” (114), imagens que são retomadas no final da secção dedicada aos Sumbas, na qual o autor descreve as lutas do povo dessa ‘nação’ com franceses e ingleses, que vêm comerciar à costa africana, pois este, tal como os Jalofos, demonstra um ódio “formal” a esses europeus, situação que apenas mudará através da mediação de algum lançado português (129), figura mais uma vez apresentada com adversa aos interesses económicos do reino.

A noção de história local no que diz respeito aos diversos grupos étnicos é veiculada quando o texto apresenta, por exemplo, a história da chegada dos Sumbas/ Manes à Serra Leoa e das suas guerras (115-116), com base na tradição oral dos próprios anciãos, informação que este confirma com base na análise das provas apresentadas pelos nativos e na observação, daí que os verbos “dizer” e “falar” se acumulem repetitivamente nestas duas páginas:

Dizem os Sapes antigos [...]. Devem de falar nisto verdade [...] parece-me que é verdade o que dizem estes negros [...]. Torno ao que dizem os desta Nação [...] como eles dizem [...], como já disse, [...] como já se tem dito, [...]. As armas dos Manes e Mandimansas são uns arcos pequenos e as flechas pequenas; fazem-nas desta maneira, porque dizem que sendo as suas flechas pequenas, e os arcos dos inimigos grandes, ficam nas suas armas não servindo aos inimigos [...] (116-117).

Ao grafar os exóticos nativos (sobretudo do ponto de vista do leitor metropolitano) de forma estruturada, Almada funde episódios, ou, como lhe chama Donato Gallo<sup>40</sup>, “contos” da história local com a informação fruto da sua experiência e do seu saber, de forma a dar vida e humanizar o Outro, conferindo-lhe, assim, maior importância e destaque, enquanto legitima as suas observações no que diz respeito à realidade nativa.

O exotismo linguístico marca também presença no tratado, que se assume como poliglota, pois se nativos como os buramos falam português (76, 88), o capitão apresenta topónimos e dezenas de termos e expressões locais (50, 88-89, 93, 106), que traduz imediatamente (26, 36, 40, 48, 89-90, 94, 106, 110), conferindo ao texto uma certa cor local, e corrige termos já utilizados pelos portugueses na África (23) e que virão a ser utilizados pelos falantes de crioulo<sup>41</sup>.

Redigindo a sua obra no final do século XVI, e na sequência da já longa tradição da chamada Literatura de Viagens, o tratadista recorre aos conhecimentos que são fruto da sua observação, das suas leituras e dos testemunhos de terceiros, informantes quer portugueses/luso-africanos quer nativos. A descrição de espaços, gentes e costumes, bem como a insinuação de riquezas e lucros futuros com base em interesses comerciais exige o recurso a uma linguagem escrita que possibilite esse mesmo discurso a que chamamos de (proto)etnográfico, à data o possível. O projecto de redacção da obra é apoiado por uma panóplia de estratégias narrativas, entre as quais se encontram o recurso à tradição oral africana, ou seja, à história local; à comparação por dissemelhança e semelhança; à hipérbole; à enumeração e à adjectivação, entre outras, que também são presença recorrente nos relatos de viagem quer na Ásia quer no Brasil. A intertextualidade, por exemplo no que diz respeito a categorias antropológicas como o corpo, a tez, a fisionomia e os costumes, bem como os recursos literários utilizados permitem-nos verificar de que forma a realidade observada e apr(e)endida é filtrada através dos interesses e das expectativas quer do autor quer do leitor, pois o primeiro assenta o seu discurso na estratégia a que a gíria

<sup>40</sup> Donato GALLO, *Antropologia e Colonialismo...* cit., 1988, p. 147.

<sup>41</sup> Vide André Maria dos Reis SANTOS, «O Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde de André Álvares d'Almada e as Origens da Cultura e do Crioulo de Santiago», *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. 5, 2001, pp. 255-280.

actual do *marketing* e da gestão denomina de *win-win situation*, ou seja, o texto apresenta não apenas as benesses que os comerciantes e diferentes grupos de interesse cabo-verdianos retirarão do povoamento da Serra Leoa, mas também as da Coroa portuguesa que poderá, simultaneamente, afastar rivais europeus, enriquecer os seus cofres e dilatar a fé católica e a extensão do seu império.

A comparação, sendo definida como o processo mental pelo qual se confrontam duas realidades distintas para realçar analogias ou diferenças<sup>42</sup>, é dos recursos estilísticos ou estratégias narrativas mais comuns na Literatura de Viagens, pois permite ao escritor descrever realidades recém-descobertas, tomando como referentes elementos conhecidos do leitor, permitindo a este último visualizar artefactos culturais, animais, árvores ou frutos por aproximação. Tendo como objectivo a familiarização do receptor do texto com novidades abundantes além-mar, a comparação, quer por semelhança quer por dissemelhança, torna-se um recurso comum no texto, aparecendo dezenas de vezes, para comparar gestos; vestuário (27), armas e o seu manuseamento (29); hábitos como a forma de montar o cavalo (29); sabores e alimentos (28) dos nativos aos dos portugueses e a outras realidades como edifícios e seres conhecidos destes últimos (28, 31, 33, 37, 40-41, 46-48, 52-53, 54, 58-60, 82, 83, 86, 89-90, 96-97), remetendo, assim, para os sentidos e a imaginação do leitor. Os diversos grupos étnicos ou habitantes de diferentes reinos são ainda comparados entre si quer por semelhança quer por dissemelhança (56, 63, 67, 71, 76-77, 78, 87, 93, 99, 103), através de práticas e imagens exóticas como a circuncisão. A realidade metropolitana funciona assim como referente para descrever as novidades que se desvendam, recorrendo o autor à semelhança entre as línguas portuguesa e espanhola para transmitir o fácil entendimento linguístico entre grupos: “E [os Bagas e Colins] se entendem com os Sapes, ainda que estão longe uns dos outros, como os Portugueses e Espanhóis.” (101).

Já a enumeração encontra-se ao serviço da descrição do *modus vivendi* dos nativos, pois o autor apresenta as peças de vestuário; os adornos e marcas corporais (55); as armas e outros artefactos culturais, bem como as mercadorias que os portugueses resgatam em cada zona específica (40).

Relativamente às digressões e às remissões para informação já veiculada ou por veicular, no segundo capítulo, e após uma breve digressão pelo ‘reino’ e *modus vivendi* dos Fulos, o autor regressa “[...] aos Jalofos do Reino do Budomel [...]” (33), tal como acontece no décimo-terceiro capítulo (“Deixo de falar nesta erva, e torno ao Rio do Nuno de que íamos tratando”: 101), remetendo inúmeras vezes para informação anteriormente apresentada, evitando repetir-se, através de expressões como “de que já tratámos”; “da maneira dita”; “como já fica dito no 1.º Capítulo”; “como está dito”, “como já fica dito”, entre outras (41, 43, 45, 48, 50, 53, 67, 110-111, 113, 123). Almada ordena assim o seu discurso-raciocínio e facilita a tarefa do leitor ao remeter para dados que veiculará mais adiante: “[...] como se dirá mais largamente no capítulo em que deles se tratará.” (72); “de que ao diante se tratará” (79) ou “Costumavam estes negros fazerem suas guerras sem ajuda dos vizinhos, como ao diante se tratará na Guerra dos Sumbas.” (107).

Ao referir tópicos recorrentes no texto, por exemplo no que diz respeito ao valioso marfim, o autor contextualiza a informação que veicula, apresentando ao leitor a forma como os diferentes grupos (Jalofos e Casangas) matam elefantes, com base em dados recolhidos junto dos nativos, avisando: “Seja isto verdade ou não, eles o dizem” (78), ou seja, os seus informantes poderão mentir, induzindo-o em erro. Esta temática é retomada na página 99, dirigindo-se o tratadista directamente ao leitor possivelmente espantado e cujo ‘horizonte de expectativas’<sup>43</sup> se encontra implicado na obra: “E nesta terra se matam muitos elefantes, e quase que duvido a dizer o modo como se matam, porque duvidarão os que o lerem; façam o que quiserem; é verdade e por isso vos digo.”

O exotismo geográfico e natural reflecte-se na paisagem natural humanizada, na fauna e na flora locais que funcionam quer como referentes geográficos quer como riquezas e mercadoria a explorar. O espaço físico ocupado por cada “reino” é delimitado e descrito através da apresentação diversidade e abundância (72) de “mantimentos”, mercadorias (54, 61), fauna e da flora (33, 51-52-53, 57, 61), bem como dos costumes e artefactos culturais dos seus habitantes. A abundância e a diversidade (112-113) são assim *topoi* que marcam a descrição do espaço simbólico,

<sup>42</sup> Cf. Maria Vitalina Leal de MATOS, s. v. «Comparação», in Jacinto do Prado COELHO (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 192.

<sup>43</sup> Wolfgang Iser, *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1978, p. 99 e Hans Robert JAUSS, *Toward an Aesthetic of Reception*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982, p. 88.

como o demonstra o recurso à enumeração da fauna no reino dos Sapes, entre outros: “[...] Elefantes, Leões, Onças, Lobos, Búfalos e Gazelas. Vacas não as há [...], muito ouro [...]” (113). O olhar do viajante acompanha o movimento dos barcos ao longo da costa, referindo topónimos portugueses e nativos (85-86), a dimensão dos “reinos” e a respectiva administração (86), sendo a etimologia de topónimos portugueses também adiantada, com base no saber de experiência feito, nomeadamente no que diz respeito ao arquipélago de três ilhas chamado Ídolos: “Chamam-se Ídolos, porque quando foram a ela a primeira vez os nossos acharam umas figuras e ídolos de pau que tinham os negros e que reverenciavam, chamados por eles Chinas [Kinas].” (112).

O capítulo final, intitulado «Da Fresquidão desta terra», retoma, em forma de exortação ao povoamento da Serra Leoa, o campo semântico da abundância geral, nada faltando em África, ao contrário do que acontece no Brasil

[...] abastada de muitos mantimentos; muito fresca de ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas de açúcar, muitos palmares, muita madeira excelente. Povoando-se viria a ser de maior trato que o Brasil, porque no Brasil não há mais que açúcar, e o pau, e algodão; nesta terra há algodão e o pau que há no Brasil, e marfim, cera, ouro, âmbar, malagueta, e podem-se fazer muitos engenhos de açúcar; há ferro, muita madeira para os engenhos, e escravos para eles. (131)

Se, como afirmámos, na senda de José da Silva Horta, existe um projecto político e económico por detrás do *Tratado*, o texto, enquanto representação do Outro exótico, serve-se de estratégias narrativas como a comparação, a hipérbole, e os *topoi* da abundância e da diversidade, como vimos no excerto que acabámos de citar, para sustentar os seus interesses no povoamento da Serra Leoa, cujas riquezas natural e humana darão origem a elevados lucros que é urgente começar a rentabilizar antes que os inimigos europeus o façam. São óbvios os interesses instalados do autor da narrativa em África, espaço que compara por dissemelhança e como superior ao Brasil. Junta-se assim ao capital humano - mão-de-obra escrava e almas para converter - o capital natural e o potencial económico que um programa empreendedor gerará, daí que o texto refira directamente o proveito que tal projecto trará à fazenda real e às naus da Índia, que passarão a poder invernar no Rio de Mitombo. O autor dá a entender que o sucesso da empresa é garantido sobretudo porque a população da ilha de São Tiago há muito tempo que afirma que facilmente se mudaria para a Serra Leoa, transmitindo o tratado essa mensagem ao leitor, pois há catorze anos fora eleito pelos cabo-verdianos para negociar com a Coroa a possibilidade da povoação da Serra - estrategicamente integrada na Guiné e no limite de Cabo Verde - por naturais do arquipélago, que esperam estender os seus investimentos para fora do arquipélago, face ao crescente receio da concorrência inglesa e francesa, cujos interesses tornam essas medidas comerciais portuguesas urgentes, acabando o capitão por nunca fazer essa viagem a Lisboa devido aos interesses pessoais e bloqueio do Doutor Gaspar de Andrade, que tenta assegurar o *status quo* e os rendimentos de Santiago<sup>44</sup>.

Face ao exposto e legitimado pela experiência de Almada, o próprio conclui o seu *Tratado Breve* ecoando o Velho do Restelo, ao afirmar que “uma só coisa [...lhe] dá pena: “Tendo nós isto à porta o deixamos para irmos buscar empresas duvidosas.” (132). O exercício intertextual com *Os Lusíadas*<sup>45</sup> enfatiza o facto de o povoamento sistemático da costa africana por “cristãos” possibilitar à Europa Católica expandir a sua fé pelas terras do “gentios” e ao rei português aumentar a sua riqueza e combater os rivais norte-europeus. O tratadista descreve os cruéis “ritos” e “gentilidades” das diversas nações e demonstra a Portugal a urgência de os converter à fé católica, controlando o desconhecido exótico em prol de interesses religiosos e económicos da metrópole e de membros do meio mercantil cabo-verdiano, como o próprio autor. O texto encontra-se, assim, impregnado do Outro não apenas estético mas humanizado e que não constitui um ser tão exótico para o tratadista mestiço quanto para o reinól, pois a narrativa não nos apresenta um primeiro olhar da alteridade africana, mas sim um conjunto de informações fruto do saber de um luso-africano com interesses no espaço geográfico e humano que descreve.

## Bibliografia

<sup>44</sup> Vide José da Silva HORTA, *A “Guiné do Cabo Verde”...* cit., pp. 206-208.

<sup>45</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas* cit., 1987, IV, 97-104, sobretudo estrofe 101.

### Bibliografia activa

ALMADA, André Álvares de, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594*, leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994.

\_\_\_\_\_  
«*Brief Treatise on the Rivers of Guinea; Being an English Translation of a Variorum text of Tratado Breve dos Rios de Guiné (c.1594)*. Organised by the Late Avelino Teixeira da Mota, Together with Incomplete Annotation; Translation, a Brief Introduction and Notes on Chapters 13-19 by P. E. H. Hair, and Notes on Chapters 1-6 by Jean Boulègue», Departamento de História da Universidade de Liverpool, 1984.

### Bibliografia passiva

ALMEIDA, Carlos José Duarte, *A Representação do Africano na Literatura sobre o Reino do Longo e Angola (Meados do Século XVI a Meados do Século XVII)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimientos Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

BEHAIM, Martin, «Do Primeiro Descobrimento da Guiné, Segundo Relato de Diogo Gomes», in José Manuel GARCIA (org.), *Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, pp. 25-54.

CADAMOSTO, Alvise da, «Navegações», in José Manuel GARCIA (org.), *Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, pp. 72-138.

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1987.

CELESTIN, Roger, *From Cannibals to Radicals: Figures and Limits of Exoticism*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.

DOUTWHAITE, Júlia V., *Exotic Women: Literary Heroines and Cultural Strategies in Ancien Regime France*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1992.

FERRONHA, António Luís et alii (coord.), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

FERRONHA, António Luís, «Introdução», in André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d'Almada Ano de 1594*, leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, pp. 7-18.

\_\_\_\_\_  
*As Civilizações Africanas*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1996.

GALLO, Donato, *O Saber Português: Antropologia e Colonialismo*, Lisboa, ER-Heptágono, 1988.

GARCIA, José Manuel (org.), *Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

GEERTZ, Clifford, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, Londres, Fontana Press, 1993.

GENETTE, Gérard, *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.

HODGEN, Margaret T., *Early Anthropology in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1964.

HORTA, José da Silva, «O Africano: Produção Textual e Representações (sécs. XV-XVII)», in Fernando Cristóvão (coord.), *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*, Lisboa, Edições Cosmos-Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 261-301.

\_\_\_\_\_  
*A "Guiné do Cabo Verde": Produção Textual e Representações (1578-1684)*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002

- ISER, Wolfgang, *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1978.
- JAUSS, Hans Robert, *Toward an Aesthetic of Reception*, tradução de Timothy Bahti, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982.
- LOPES, Marília dos Santos, *Da Descoberta ao Saber: Os Conhecimentos sobre África na Europa dos Séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem Editores, 2002.
- MARCUS, George E. e Michael J. Fischer, *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*, Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- MARK, Peter, *Portuguese Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries*, Bloomington, Indiana University Press, 2002.
- MASON, Peter, *Infelicities: Representations of the Exotic*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1998.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de, s. v. «Comparação», in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 192
- MOTA, Avelino Teixeira da, «Dois Escritores Quinhentistas de Cabo-Verde. André Álvares de Alamada e André Dornelas [sic.]», *Suplemento do Boletim Cultural da Liga dos Amigos de Cabo Verde*, n.º 9, 1970, pp. 10-44.
- PUGA, Rogério Miguel, «Da Baía Cabralia ao Maranhão: O Exotismo enquanto Estética do Diverso», in *Actas do Congresso «Portugal-Brasil: Memórias e Imaginário»*, organizado pelo Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comissões para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, Novembro de 1999, vol. 2, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comissões para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 327-338.
- \_\_\_\_\_, «O Olhar através do Género: A Imagem do Índio Brasileiro na Literatura Portuguesa de Quinhentos», in Fernando Cristóvão (coord.), *O Olhar do Viajante. Dos Navegadores aos Exploradores*, Coimbra, Livraria Almedina-Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 177-230.
- RUBIES, Joan-Pau, *Travel and Ethnography in the Renaissance: South India through European Eyes 1520-1625*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- SANTOS, André Maria dos Reis, «O *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde* de André Álvares d' Almada e as Origens da Cultura e do Crioulo de Santiago», *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. 5, 2001, pp. 255-280.
- SEGALIN, Victor, *Essai sur l'exotisme*, Paris, Le Livre de Poche, 1999.
- SILVEIRA, Luís, «Contribuição Portuguesa para o Conhecimento da Guiné: Os Testemunhos de André Álvares de Almada e de André de Faro», in *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 2ª, Bissau, 1947*, vol. 4, Lisboa, Junta das Investigações Coloniais, 1952, pp. 405-412.
- SINTRA, Digo Gomes de, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, edição crítica de Aires N. Nascimento e introdução histórica de Henrique Pinto Rema, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- SOUSA, Julião Soares, *A "Guiné" na Literatura Portuguesa de Viagens, Séculos XV-XVII*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.
- SOARES, Maria João, «Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI-Meados do Século XVII», *Studia*, n.º 56-57, 2000, pp. 147-222.
- VERMEULEN, Hans e Cora Govers (org.), *Antropologia da Etnicidade: Para Além de "Ethnic Groups and Boundaries"*, Lisboa, Fim de Século, 2003.